

Minas do Sul: memórias de pesquisa

Pérola Maria Goldfeder e Castro*

Resumo

O propósito mais amplo deste artigo é compreender o fenômeno do regionalismo sul- mineiro, por meio da consideração de questões relativas à visão corográfica, identidades regionais, projetos políticos e representações espaciais. Primeiramente, analisamos o processo de construção do Estado Nacional brasileiro sob a perspectiva de conservação de seu maior atributo: a unidade. Em seguida, partimos da premissa da totalidade de Minas como desafio corográfico-administrativo para observarmos como políticos e homens de letras do Oitocentos lidaram com a representação de três características básicas do território mineiro: "extensão", "centralidade" e "diversidade". Por fim, contemplamos a imagem de "Minas do Sul" pelo prisma da elite residente na cidade de Campanha. Nossa hipótese é a de que essa ideia originou-se de uma tradição geopolítica da municipalidade campanhense, tradição essa que balizou as relações de Campanha com outras cidades do sul de Minas, determinando, em nível regional, o apoio ou a oposição ao projeto de criação da província de "Minas do Sul".

* Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. perolagold@yahoo.com.br

Palavras-chave: Minas do Sul. Representação espacial. Política regional. Memória

Com a dissertação "Minas do Sul: visão corográfica e política regional no século XIX", defendida em novembro de 2012, vimos completar um ciclo de estudos e de pesquisas que iniciamos há seis anos, ainda na graduação, no curso de História da PUC Minas. Àquela época, desejávamos abordar a história da imprensa na cidade de Campanha, motivados como estávamos pela recente mudança de perspectivas (havíamos descoberto a óptica da "distância" ao nos mudarmos do *hinterland* para Belo Horizonte), bem como pelo fascínio em nós despertado pelos jornais oitocentistas, repletos de litografias, notícias inusitadas e anúncios pitorescos.

O resultado desse primeiro esforço foi um estudo monográfico, sob a orientação do Professor Caio César Boschi, no qual analisamos a ingerência do jornal "O Monitor Sul-Mineiro" nos acontecimentos que ficaram conhecidos como "movimento separatista", ocorridos na cidade de Campanha entre os meses de janeiro e março de 1892¹. Descobrimos que os prosélitos desse movimento ambicionavam constituir uma nova unidade federativa, "Minas do Sul", independente da administração mineira, todavia subordinada aos desígnios e interesses gerais da União. O malogro dessa iniciativa, bem como o silêncio com que a imprensa e, posteriormente, a historiografia cobriram esse episódio histórico, nos incitou a curiosidade de buscar, no período imperial, os vários momentos de emergência das ideias de autonomia da região sul- mineira.

Dessas indagações nasceu nosso projeto de mestrado, o qual foi gentilmente aceito no Programa de Pós-Graduação em História da UFOP pelo Professor Francisco Eduardo de Andrade, para orientação. A princípio, interessava-nos apenas rastrear o histórico dos projetos de provincialização das três comarcas sul-mineiras e do município de Lavras, apresentados à Câmara dos Deputados entre os anos de 1854 e 1884. Também era nosso interesse entender por que algumas freguesias da Comarca do Rio Sapucaí se posicionaram contra a criação da nova província na região, preferindo se

¹ CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. **Lemos no presente, soletramos no futuro:** o Movimento Separatista de 1892 no discurso do Monitor Sul-Mineiro. Monografia (Iniciação Científica). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

rem anexadas ao território de São Paulo.

Partilhando de algumas de nossas indagações, o Professor Francisco, contudo, nos sugeriu uma interessante perspectiva de análise, até então desconhecida por nós: abordaríamos o fenômeno da representação do espaço sul-mineiro em um duplo viés: como produto da visão corográfica vigente no século XIX e como projeto político regional que propunha arranjos na divisão administrativa de Minas. Ele também nos estimulou a pensar a região sul-mineira não como uma realidade natural e empiricamente acessível por meio de metodologias de regionalização, mas sim como uma construção duplamente política e identitária, resultado das escolhas humanas sobre o espaço (ANDRADE, 2008, p. 17). Não sem hesitação, aceitamos o desafio que nosso orientador nos propunha, armando nosso olhar contra as armadilhas epistemológicas da região e introduzindo a problemática espacial em nosso leque de reflexões.

Esse aprimoramento de perspectiva foi fundamental para nosso amadurecimento como pesquisadores, interferindo decisivamente (e positivamente) em nossa percepção sobre o objeto de pesquisa que, há anos, vínhamos perseguindo: se, antes, "Minas do Sul" se nos afigurava como um objeto simples, uma região que tínhamos de desvendar as origens e os limites territoriais, o avanço das pesquisas, em quase três anos, nos revelou um desconcertante paradoxo: uma circunscrição administrativa com limites físicos precisos (os rios Grande e Verde), expressiva representação parlamentar (3 senadores e 10 deputados, segundo o projeto de 1862), capital administrativa definida (Campanha), significativo contingente populacional (estimado em torno de 30.000 habitantes), mas que nunca chegou institucionalmente a existir. Diante desse fato, é impossível não se questionar sobre a relevância histórica desse objeto.

Nesse sentido, cremos que, assim como as palavras não ditas têm uma importância imensa em um discurso que se está analisando, os projetos e utopias espaciais não concretizados estão prenhes de valor e de significado sobre a conjuntura política e cultural que os engendrou (FOUCAULT, 2004, p. 12). Falar hoje de "Minas do Sul" é, portanto, uma maneira de falar de Brasil e dos dilemas relacionados à unidade nacional e à integridade territorial que caracterizaram e, até hoje, caracterizam esse país.

Sobre o paradigma corográfico, vimos que ele tem como principal característica a descrição pormenorizada de um recorte espacial. O corógrafo, à maneira de um pintor retratista ou paisagista, pinta com palavras o cenário que se descortina ao crivo de seu olhar (KAGAN, 1995, p. 49). A aplicabilidade dessa visão à realidade varia de acordo com as escalas de representação próprias da perspectiva linear: "panorama" ou "ênfoque topográfico" (COSGROVE, 1985, p. 55). Essas escalas de representação, por sua vez, correspondem a políticas de gestão do espaço específicas de cada época.

No Brasil, o paradigma corográfico desenvolveu-se em concomitância com o arranjo institucional do Império, ampliando a perspectiva das elites regionais e influenciando a atuação delas no processo de construção do Estado Nacional brasileiro. Sendo assim, trabalhos tais como **Corographia Brasilica**² (1817), de Manuel Ayres de Casal, **Noções de Chorographia do Brazil**³ (1873), de Joaquim Manoel de Macedo, e **Corografia Histórica da Província de Minas Gerais**⁴ (1981), de Raimundo José da Cunha Matos, foram eficazes instrumentos de representação de diferentes imagens de Brasil, sob a égide de um paradigma compósito: empiria e erudição (paradigma que pode ser adaptado à política administrativa nacional, se pensarmos nosso país como fruto de um duplo processo: a herança burocrática portuguesa, de caráter erudito e cumulativo, e a independência política, novidade que impôs aos construtores do Estado Nacional constante adaptação às particularidades naturais, econômicas e culturais do território brasileiro, que somente poderiam ser apreendidas por meios empíricos).

A "família provincial do Império", metáfora cunhada por Joaquim Manoel de

² Publicada pela Imprensa Régia, sob auspícios oficiais, a **Corographia Brasilica**, investe-se de importância não apenas por ter sido o primeiro livro editado no Brasil, como também por ter se constituído modelo para empreendimentos posteriores. O mérito do autor está no pioneirismo de sua iniciativa de reunir dados sistemáticos sobre o território brasileiro, adaptando-os aos modelos oficialmente reconhecidos pela geografia de então.

³ Essa obra de divulgação científica foi encomendada pela Comissão Superior da Exposição Nacional para ser apresentada na Exposição Universal de Viena, em 1873. Nesse mesmo ano, ela saiu a lume em duas edições: uma em português, impressa no Rio de Janeiro, e outra em francês, impressa em Leipzig.

⁴ Iniciada provavelmente em 1831, essa obra permaneceu manuscrita, sugerindo-nos que seu autor não a considerava pronta para o prelo. Sua primeira publicação data de 1981, feita por iniciativa da Editora Itatiaia.

Macedo em sua obra acima citada, é uma interessante chave para analisarmos outro importante atributo do Estado Nacional Brasileiro: a unidade. Vejamos como o célebre escritor de **A Moreninha** (1844) descreve a província mineira:

Minas-Geraes, tout en possédant sa capitale administrative et politique dans son propre sein, continuera à avoir pour capitale économique, c'est-à-dire industrielle et commerciale, la ville de Rio de Janeiro, out reses rapports avec Bahia et São-Paulo et les communications probables par le Mucury avec la province d'Espirito Santo. *Cette dépendance est le lien fraternel et d'intérêt réciproque qui fait des provinces de Rio de Janeiro et Minas Geraes les deux soeurs le plus étroitement liées dans la famille provinciale de l'empire*⁵ (MACEDO, 1873, p. 465) (grifos nossos).

Ao apresentar as relações políticas e comerciais entre as províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais como “elo fraternais”, Macedo naturalizava o arranjo institucional do Império, abrandando o conflito inerente às situações de hierarquização espacial. Assim, pela metáfora das províncias irmãs, centro e periferia, governo imperial e elites regionais, unidade e diversidade tornavam-se categoriais não antagônicas, mas interdependentes, reiterando o projeto de manutenção da contiguidade territorial do Império.

A frágil arquitetura do poder imperial tinha em Minas Gerais sua pedra fundamental: unidade administrativa extensa, central e diversificada, essa província era, como alguns políticos mineiros gostavam de dizer, o “coração de ouro do Brasil”, arri-mo das instituições políticas e guardião dos valores cívicos de ordem e liberdade (AR-RUDA, 1999, p.71).

Todavia, em uma perspectiva dialética, as condições que desafiavam a manutenção da unidade nacional eram latentes ao próprio processo de constituição histórica de Minas: após a repressão ao movimento liberal de 1842, a divisão do extenso território mineiro passou a ser vista como uma necessidade de ordem pública, além de iniciativa pela qual se satisfariam algumas das críticas ao sistema de divisão geral do Império. Nesse sentido, os políticos favoráveis a essa medida frequentemente associavam Minas a um “colosso de barro” que, quebrado, ameaçava arrastar consigo, em pedaços, todo o edifício imperial.

No plano corográfico, a diversidade natural que caracterizava Minas constituiu-se em um grande desafio para aqueles que buscavam representar essa província por meio de mapas e compêndios de formato textual. Uma alternativa para remediar a incompletude das representações panorâmicas do território mineiro foi representá-lo sob o ponto de vista municipal, como se Minas fosse composta de municípios geográficos e historicamente distintos que, juntos, perfaziam uma unidade harmônica⁶. A preocupação que orienta o **Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais** (1879), de José Joaquim da Silva⁷, é significativa desse sentido:

Em uma província tão vasta, e populosa como a de Minas Gerais, onde a cada canto se encontra uma cidade ou vila, mais ou menos importante, era geralmente sentido a falta de uma obra desta natureza, que tornasse mais conhecida a existência do que aí houvesse de mais curioso, e importante, dando a conhecer ao mesmo tempo, todas as suas Cidades, Vilas, Freguesias e povoações mais importantes (SILVA, 1997, p. V).

Aliás, o papel dos municípios no arranjo institucional do Império é um tema que vem exercendo crescente interesse sobre nós, embora não tenhamos tido a pretensão de analisá-lo, a contento, no mestrado. Isso porque, ao pesquisarmos a inge

⁵ “Minas Gerais, possuindo sua capital administrativa e política em seu próprio seio, continuara a ter por capital econômica, quer dizer industrial e comercial, a cidade do Rio de Janeiro, além das relações com Bahia e São Paulo e as prováveis comunicações com a província do Espírito Santo pelo Mucury. *“Esta dependência é o elo fraternal e de interesse recíproco que faz das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais as duas irmãs mais intimamente ligadas dentro da família provincial do Império”* (tradução nossa).

⁶ É interessante observar que, concomitantemente à produção de corografias municipais, discutia-se, no parlamento, a necessidade de aumento das franquias político-administrativas dos municípios.

⁷ Sobre esse autor, apenas sabemos que ele se declarava “filho da mesma província” sobre a qual escrevia e, ao que tudo indica, era natural de Juiz de Fora ou residia nessa cidade, pois nela foram assinados o prefácio, datado de 1877, e um *post-scriptum* de 1879.

rência da municipalidade de Campanha em assuntos relativos à criação da província sul-mineira, surpreendemo-nos com a riqueza das relações intermunicipais, bem como com a obstinação de alguns municípios em fazer valer seus interesses político-territoriais na esfera política nacional. Isso talvez contribua para corroborar com a tese de que o arranjo institucional do Império não foi fruto de um projeto hegemônico elaborado por uma elite nacional, mas sim resultado (dentre tantos outros possíveis naquele momento) de uma aliança selada entre governo central e elites políticas regionais (DOLHNIKOFF, 2005, p. 27).

De um conjunto diverso e multifacetado de identidades regionais, escolhemos analisar as representações de “Minas do Sul” projetadas exclusivamente pela elite política sul-mineira, embora tenhamos conhecimento da existência de outros projetos de provincialização que contemplavam as comarcas do sul de Minas. Para isso, elaboramos uma hipótese, a princípio temerária, mas que faz todo o sentido quando confrontada com a documentação: a de que a municipalidade de Campanha, cidade que, desde finais do século XVIII, era considerada um dos principais núcleos urbanos de Minas Gerais, via na criação de “Minas do Sul” uma maneira de restaurar sua antiga importância geopolítica na região, importância esta que havia sido “inventada”⁸ pelos primeiros camaristas dessa instituição e que, naquele momento, via-se abalada por significativas perdas territoriais, bem como pela emergência de outros poderes municipais no tabuleiro regional.

Expressivo vestígio que nos subsidiou nessa hipótese é o discurso de Antônio Dias Ferraz da Luz, professor do Colégio Campanhense, que, por ocasião de uma solenidade ocorrida nessa instituição, em dezembro de 1859, pintou o seguinte panorama da influência sociocultural de Campanha na região:

Nossa cidade há civilizado – é força dize-lo – há povoado essas paróquias, que formavam seu extenso Município, e que aqui vinham exercer a soberania do voto, pleitear seus pleitos, mercadejar suas mercadorias pelos produtos industriais da civilização estrangeira. Essas Paróquias são hoje Vilas, ou Cidades florescentes, e populosas; mas sua civilização se modela pela da Campanha, que para toda a parte mandou seus filhos, professores, letrados, médicos, padres, artistas, e muitas famílias, os quais todos concorrerão, ou para o começo das povoações, ou para incremento delas (O SUL DE MINAS, 10/12/1859).

Sob a óptica de Ferraz da Luz, Campanha havia civilizado/povoado o sul de Minas, servindo de referência para atividades eleitorais, políticas e econômicas que distinguiram a região. De forma alguma tratamos, em nossa dissertação de mestrado, de confirmar essa imagem, como fizeram alguns memorialistas do século XX que escreveram sobre essa cidade, mas, sim, de analisar como ela foi politicamente operacionalizada pelos membros da elite política campanhense que advogavam a favor da criação da província de “Minas do Sul”.

Ainda na opinião daquele orador, o sul de Minas era a parte mais importante da província, devendo, por isso, “ser colocado no mesmo pé de igualdade, que as outras regiões”, visto que, por direito, todos fossem “Mineiros da Província de Minas”. Se essa região “nada tinha de político”, por não ter sido reconhecida no arranjo institucional do Império, ela ao menos ostentava uma “individualidade moral” que a diferenciava das demais regiões mineiras, individualidade firmada, paradoxalmente, nas “tendências para a separação do velho Ouro Preto”.

Ferraz da Luz conclui seu discurso exortando os “filhos da Campanha” a contribuírem com talento e ilustração para o benefício de sua cidade e prosperidade da região sul-mineira:

⁸ Por “tradição inventada”, entende-se um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, que visam incutir valores e normas através da repetição, o que implica continuidade em relação ao passado. Assim, a visão panorâmica é uma tradição inventada, na medida em que incute valores, normas e convenções ao olhar oitocentista sobre o espaço. (HOBBSAWM, 2012, p. 8).

O amor da pátria quando aliado á instrução, pode e deve fazer muito em benefício do país, que tem filhos assim qualificados. Os filhos da Campanha, a quem a fortuna colocou na elevação honrosa desta aliança sem dificuldade, jamais se esquecerão de contribuir com seu talento, e ilustração em benefício dela, e da prosperidade do Sul de Minas (O SUL DE MINAS, 10/12/1859).

Nostalgia em relação ao *status* do passado e otimismo em relação às potencialidades econômicas do sul de Minas, teria sido, portanto, a fórmula que permitiu à elite política campanhense dimensionar seu espaço de atuação política na região, convertendo o amor pela pátria de seus membros em representações idealizadas de "Minas do Sul".

Com efeito, nada mais verossímil e, ao mesmo tempo, idealizado do que a imagem do sul de Minas que emerge do **Almanach Sul-Mineiro** (1874), última fonte analisada nesta breve comunicação. Produto inicial de um ambicioso projeto de Bernardo Saturnino da Veiga para conhecer e inventariar todas as localidades do sul de Minas, inclusive freguesias, arraiais e pequenas povoações, essa publicação pode ser considerada, simultaneamente, produto e produtora dos projetos de provincialização que ela buscava divulgar, visto que seu objetivo era

..dar conhecimento do que somos no presente, e esperanças do muito que podemos vir á ser no futuro. *E se o bom destino permitir que um dia possa esta parte da grande província de Minas estabelecer sua economia separada, criando-se aqui um centro de administração, para melhor serem aproveitadas as imensas riquezas que possuímos, servirá este livro para mostrar que não é sem justa razão que desde muito se pugna pela criação da província de Minas do Sul* (VEIGA, 1874, p. 7) (grifos nossos).

Nessa passagem, visão corográfica e olhar prospectivo unem-se para singularizar uma região que, há gerações, vinha sendo imaginada e reivindicada pela elite política e intelectual campanhense. O *topos*, ou ideia de fundo, presente no prefácio do almanaque, é o de que, em futuro próximo, quando a província de "Minas do Sul" viesse a se constituir no arranjo institucional do Império, o inventário de seu território já estaria feito.

Sob o signo da visão corográfica, o almanaque descreve os principais municípios que compunham o sul de Minas, tratando de listar alguns signos de civilização existentes nessa região, tais como bibliotecas, teatros, escolas, cadeias e hospitais. Em seguida, dados sobre clima, hidrografia, topografia e principais gêneros agrícolas e pastoris são enumerados de maneira a compor uma espécie de inventário econômico e natural da região sul-mineira.

Também havia uma pequena galeria das personalidades locais já falecidas e dos habitantes dos municípios descritos que haviam cursado ensino superior. cremos que, no projeto político-editorial do almanaque, o elemento humano era componente essencial à conformação de uma região em vias de progresso. Sendo assim, na concepção de seus contemporâneos, "Minas do Sul" era não apenas uma realidade natural, mas também um espaço de homens enredados por laços de interesses econômicos, opiniões políticas, amizade, parentesco e topofilia.

Assim, no curso da narrativa do almanaque, o sul de Minas vai paulatinamente tomando forma, deixando de ser um aglomerado de localidades aparentemente díspares para se converter em uma individualidade política, identitária e territorial, em síntese, em uma região. Ademais, a importância dessa fonte reside no fato de ela ser o testemunho da visão de um homem de letras local sobre a região por ele habitada.

É nesse ponto que a atual pesquisa tangencia nossas memórias sobre o que

háviamos escrito no passado, fornecendo-nos uma noção de trajetória pessoal de pesquisa: enquanto na monografia de graduação não foi possível identificar problemas e contradições em “Minas do Sul”, nem perceber toda a intencionalidade que caracterizava o discurso ufanista sobre a importância de Campanha como “Atenas Sul- Mineira”, hoje em dia cremos estar um pouco mais atentos no olhar sobre essas representações idealizadas.

Nesse momento, convém apontar o que consideramos uma lacuna da dissertação em questão: a ausência de uma análise mais bem fundamentada sobre a relação entre política regional, projetos de provincialização e conjuntura econômica do sul de Minas na segunda metade do século XIX. Talvez uma análise comparada entre o conteúdo das duas edições do **Almanach Sul-Mineiro** pudesse, em parte, suprir essa carência, visto que um dos principais aspectos que nos saltam aos olhos na edição de 1884 sejam as transformações de ordem econômica pelas quais a região sul-mineira passou: aumento da produção cafeeira, extensão da malha ferroviária, diversificação dos produtos industriais, entre outras.

Algumas perspectivas instigantes nos foram abertas por este estudo: cremos que as relações intermunicipais entre Campanha, as sedes das outras comarcas sul-mineiras (Pouso Alegre e Três Pontas) e Lavras devem ser melhor esquadrihadas, para que possam revelar novos conflitos e emulações, mas também alianças políticas inusitadas. A maneira como os projetos de provincialização reverberaram em outras instâncias de poder, como o Senado Imperial e a Assembléia Legislativa de São Paulo, também é um aspecto da pesquisa que não pudemos desenvolver a contento.

No momento, o que mais atia nossa curiosidade são as políticas municipais de gestão dos terrenos do termo de Campanha em que foram descobertas fontes de águas minerais, mais especificamente nos distritos de Lambary (atual Jesuânia), Águas Virtuosas (atual Lambari) e Cambuquira. Ao que tudo indica, a preocupação com esses novos espaços a serem civilizados e incorporados, literalmente, aos trilhos do progresso (um ramal da ferrovia *Minas and Rio* chegou a atender Cambuquira e Águas Virtuosas na década de 1880), foi um dos motivos que levaram políticos e “industriais” campanhenses a reivindicar mais veementemente a provincialização, como forma de atrair a atenção do governo central e das autoridades públicas mineiras para o estado de descaso em que as estâncias balneárias jaziam chafurdadas.

Como bem se vê, o trabalho foi concluído, mas o objeto e seus desdobramentos, felizmente, não esgotaram seu fascínio sobre nós.

Abstract

The general purpose of this article is to comprehend the phenomenon of regionalism in southern Minas Gerais, by means of consideration of issues pertaining to chorological vision, regional identities, political projects and spatial representation (distribution). Initially, we analyze the construction process of the Brazilian national states under the perspective of conservation of its greatest attribute: the unit. Next, we assume the premise of the totality of “Minas” as a chorological-administrative challenge to observe how politicians and intellectuals from the “Oitocentos” (the Eight Hundred) dealt with the representation of the three basic characteristics of Minas’ territory: “extension”, “centrality” and “diversity”. Finally, we contemplate the image of “Southern Minas” from the viewpoint of the upper class in the city of Campanha. Our hypothesis is that this idea originated from a geopolitical tradition of the municipality of Campanha, which has established its relations with other cities in southern Minas, determining, on a regional level, support or opposition to the project of creation of the province of “Southern Minas”.

Keywords: Southern Minas. Spatial Representation. Regional politics. Memory.

Fonte documental

O SUL DE MINAS. Campanha: Typ. Austral, 23/06/1859 a 31/12//1862. Localização: Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort – CEC/ML.

Referências

ANDRADE, Francisco Eduardo de. **A invenção das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ARRUDA, Maria Aparecida do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

COSGROVE, Denis. Prospect, perspective and the revolution of landscape idea. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.10, n.1, p. 45 – 62, 1985.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**. São Paulo: Globo, 2005.

FOUCAULT, Michel. Des espaces autres. **Empan**, n.54, p. 12 – 19, 2004.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. *In*: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 7- 26.

KAGAN, Richard. La Corografía en la Castilla Moderna. Género, Historia, Nación. **Studia Historica**, v. XIII, p. 47 – 59, 1995.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Notions de Chorographie du Brésil**. Leipzig: Imprimerie de F. A. Brockhaus, 1873b.

SILVA, José Joaquim da. **Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais; Fundação João Pinheiro, 1997.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. **Almanach Sul-Mineiro**. Campanha: Typ. do Monitor Sul-Mineiro, 1874.